



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2013
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	Análise da Legislação e das Produções Teóricas sobre Drogadição no Rio Grande do Sul/Brasil
<b>Autor</b>	CAMILA BASSÔA DOS SANTOS
<b>Orientador</b>	LEONIA CAPAVERDE BULLA
<b>Instituição</b>	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

O enfrentamento do uso abusivo de substâncias psicoativas, na perspectiva da dependência enquanto doença, devido a sua amplitude e complexidade, exige ações coordenadas dos diferentes órgãos governamentais envolvidos, além de necessitar da mobilização ampla da sociedade e das esferas do governo. Dessa forma, o objetivo geral desse projeto é identificar e analisar a legislação, bem como a produção teórica acerca das políticas e as práticas que constituem a rede de atendimento aos usuários/dependentes químicos e suas famílias na área da saúde, assistência social, justiça e segurança pública, a fim de contribuir para o enfrentamento da drogadição no Rio Grande do Sul e o avanço do conhecimento na área. Esse estudo é vinculado à pesquisa “Políticas e Práticas de Enfrentamento à Drogadição no Rio Grande do Sul/Brasil” (2010/2013), desenvolvida com o apoio da Federação Internacional de Universidades Católicas, em convênio com a PUCRS e do CNPq, e coordenada pelo Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais da Faculdade de Serviço Social.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo com dados quantitativos complementares, que se orienta pelo método dialético-crítico. A partir da análise documental, foram escolhidas para o estudo as políticas mais recentes de atenção aos dependentes químicos no País. Foi delimitada uma amostra de seis produções teóricas pertinentes ao estudo, que foram submetidas à análise de conteúdo, com base nas seguintes categorias: estruturação do atendimento, rede, usuários e profissionais.

A pesquisa está em processo de análise da legislação, a qual abrange três Leis, uma Resolução, dez Portarias e três Decretos das políticas elencadas. Constata-se, em análise preliminar, que a partir do ano 2000 a problemática das drogas emergiu como prioridade nas ações do governo brasileiro. Assim, destaca-se o fomento de ações intersetoriais para atender de maneira integral aos dependentes químicos, implementando também as estratégias de redução de danos. A política avançou significativamente ao promover a distinção entre uso e tráfico, possibilitando a criação de medidas voltadas à reinserção social dos usuários. Recentemente, iniciou-se uma série de investimentos e ações voltadas aos eixos de prevenção, cuidado e repressão do uso de drogas. Contata-se que existem orientações normativas para o atendimento de familiares de dependentes químicos, contudo, não se verificam serviços estruturados adequadamente enquanto política pública para esse fim.